

Novas denúncias contra o presidente

Fernando Henrique manda defesa ao TSE no mesmo dia em que chegam duas outras acusações de uso da máquina do governo

Nem Lula, nem Ciro Gomes, nem Enéas. A maior ameaça ao futuro candidato Fernando Henrique Cardoso será ele próprio. Até as eleições de outubro, ele será torpedeado com uma avalanche de denúncias na Justiça Eleitoral por abuso do poder econômico e político. A oposição já deixou claro que este será seu maior trunfo contra o favorito nas pesquisas de opinião.

O massacre começou cedo. Ainda faltam oito meses para a votação

e o presidente já foi alvo, em cinco dias, de três representações no Tribunal Superior Eleitoral, acusando-o de se beneficiar do cargo em proveito próprio. O advogado Antônio Vilas Boas entregou a primeira defesa ontem, às 18h22. Pouco antes, o corregedor-geral Nilson Naves encaminhou ao Palácio do Planalto mais duas notificações para que o presidente

se defenda nos outros processos.

Na defesa, o advogado sustentou três argumentos para negar que o

presidente tenha prometido rolar a dívida de Santa Catarina em troca dos votos do PMDB no estado. A promessa teria sido feita antes da convenção do partido.

O primeiro argumento é de que, pela lei complementar 64/90, os deputados Milton Mendes e Luiz Mainardi, ambos do PT, não poderiam fazer a representação, o que está restrito a um partido, coligação, candidato ou Ministério Público. O segundo é que, formalmente, o presidente ainda não é candidato, já que as convenções só acontecerão em junho. E por último, os deputados não apresentaram provas.

PADILHA

O ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, acusado de representar os interesses do presidente durante a convenção, defendeu-se separadamente, mas com alegações semelhantes. Falta de provas e de uma candidatura oficial.

O duelo de denúncias entre candidatos é antigo. Nas últimas eleições, os tribunais recebiam mais de duas

REPRESENTAÇÕES NO TSE

- Os senadores Eduardo Suplicy (PT/SP), Sebastião Rocha (PDT/AP) e Antônio Valadares (PSB/SE) denunciaram, com base nos jornais, que o ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, negociou a liberação de R\$ 200 milhões em troca de 28 votos em favor da reeleição na convenção do PMDB.
- A ida do secretário-geral da Presidência, Eduardo Jorge, ao Supremo Tribunal Federal em horário de expediente para tratar de assuntos relacionados à eleição motivou uma denúncia por parte do deputado João Paulo Cunha (PT/SP) contra o presidente Fernando Henrique.
- O PMDB do Distrito Federal denunciou a CEB e o presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, provável candidato do partido à presidência, porque os computadores da empresa incluíam páginas do PT.

denúncias por dia. A novidade é ter um presidente da República e governadores como candidatos. "O difícil é saber até onde vai o uso e em que medida começa o abuso", afirma o ministro Eduardo Alckmin, do TSE.

A lei eleitoral não é precisa. Depende de cada circunstância. É vedado, por exemplo, o uso de gráfi-

cas para impressão de material de campanha e seguranças como cabo eleitoral. As residências oficiais poderão, no entanto, ser usadas para reuniões reservadas. Mas a oposição fará crer que, na verdade, o encontro discreto é um comício. A distinção caberá somente à Justiça Eleitoral.

